



Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após almoço com o presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Nino Vieira

Palácio Itamaraty, 14 de novembro de 2007

Presidente: Três perguntas.

Jornalista: Só três, Presidente?

Presidente: Eu estou preocupado porque vocês têm que viajar, o feriado é prolongado.

Jornalista: Só amanhã que a gente vai, para não pegar o caos aéreo.

Presidente: Gente, vamos ver quem vai fazer a pergunta.

Jornalista: Presidente, cenário do Senado... Está difícil para o Presidente chegar aos votos necessários, aos 49?

Presidente: Veja, eu estou dizendo para vocês já há algum tempo que nós não precisaremos ter preocupação. Nós vivemos num país democrático, as instituições funcionam, e tem hora que a gente perde e tem hora que a gente ganha.

Eu acredito que nós já vencemos a época dos discursos, da marcação de posição. Eu penso que nesses próximos dias, cada senador vai fazer uma reflexão do quanto de dinheiro da CPMF vai para os estados e do quanto de dinheiro da CPMF vai para os estados agora, com a aprovação da Emenda 29, com o acordo que nós fizemos na Câmara e no próprio Senado. Aí, se as



peças entenderem que o dinheiro da CPMF que vai para o Senado, sobretudo para a área da saúde, não tem nenhuma importância, eles votam contra. Se eles acharem que tem importância para os estados, eles votam favorável. Afinal de contas, os senadores estão aí, muitos deles, cumprindo uma determinação constitucional, representando também o pacto federativo do Brasil.

E, portanto, eu acho que o que nós estamos colocando de dinheiro na Saúde, e o dinheiro que a CPMF já manda para os estados, não é pouca coisa, é muita coisa, e eu acho que os senadores haverão de refletir sobre isso. Portanto, nós temos tempo ainda para que eles se posicionem.

Jornalista: O senhor faria um apelo, Presidente? O senhor faria um apelo à consciência do Congresso?

Presidente: Não, não tem apelo à consciência do Congresso, até porque você não faz política apelando. Ou seja, o projeto está lá. Todo senador conhece a realidade do Brasil, todo senador conhece a realidade do seu estado, até porque muitos desses que são senadores agora eram governadores em outro mandato e sabem o quanto os estados precisam do dinheiro. Portanto, é uma questão de consciência dos senadores.

Jornalista: Mais concessões, Presidente? Ou a reforma tributária já é suficiente?

Presidente: Veja, a proposta da CPMF foi feita ontem pelo ministro Guido Mantega e, por conta disso, essa proposta foi votada na Comissão de Constituição e Justiça. É esse o acordo, e vai para votação.

Jornalista: O senhor fica desapontado com a posição do PSDB, Presidente? O



senhor lamenta a posição do PSDB nesta questão?

Presidente: Se eu disser que lamento, eles vão dizer: “Ah, mas no passado o PT também agia assim”. Certamente, eu acho que há uma contradição enorme dentro do PSDB, porque a Governadora do Rio Grande do Sul quer que aprove a CPMF, o Governador da Paraíba quer que aprove a CPMF, o Serra quer que aprove a CPMF, o Aécio quer que aprove a CPMF. Então eu quero saber: se os governadores do PSDB querem a CPMF, por que os senadores votariam contra?

De qualquer forma, pode ser que algum senador, que seja senador num estado em que ele seja inimigo do governador, queira trabalhar contra. Mas se ele for pelo menos um brasileiro de bom senso, que entenda a realidade dos estados, certamente ele votará.

Jornalista: É oposição por oposição, Presidente?

Jornalista2: E sobre a reforma tributária?

Presidente: Veja, a reforma tributária, o ministro Guido Mantega se comprometeu comigo, e se comprometeu publicamente, até o dia 30 deste mês, a enviar a reforma tributária para o Congresso Nacional. Hoje nós tivemos duas horas em que o Ministério da Fazenda apresentou a mim a proposta de política tributária. Eu acho que tem que ser mostrado também, da mesma forma que se mostrou aos empresários, mostrar aos trabalhadores, mostrar ao movimento social, porque nós precisamos acabar com essa história de que tributo é uma coisa que interessa apenas aos estados, aos municípios e aos empresários. Sobretudo, interessa aos trabalhadores, porque na política tributária está embutido um grande número de dinheiro que vai fazer política social.



Então é importante que a gente faça da política tributária não um debate corporativo, mas um debate do País, um debate em que todos os segmentos da sociedade, sejam os trabalhadores... porque é na folha de pagamento que cai uma série de cobranças de impostos e, portanto, os trabalhadores vão ter que dizer se concordam ou se não concordam com isso. Porque, muitas vezes, o que a gente faz de desoneração é muito importante, mas isso implica na queda do dinheiro da Previdência Social, isso implica, muitas vezes, na impossibilidade de o governo fazer mais política social.

Eu sou favorável a um debate franco, sério, em que cada um diga absolutamente o que pensa, para a gente perceber que o problema da política tributária não é do governo federal. O problema da política tributária, vocês vão perceber, na hora em que nós enviarmos ao Congresso, é que cada ser humano tem uma política tributária na cabeça, cada ser humano representa uma corporação, cada estado tem um pensamento, cada prefeito tem um pensamento. Em algum momento, todos nós vamos ter que deixar de pensar em nós mesmos e pensar no que que é melhor para o País, no médio e no longo prazo.

Jornalista: Presidente, mas essa proposta contempla uma redução da carga de impostos do País, da carga tributária? É esse o sentido da reforma ou não? O sentido é manter a arrecadação para continuar gerando a política social que o governo precisa?

Presidente: Veja, primeiro, manter a arrecadação é extremamente importante. Segundo, nós vamos fazer uma política tributária que seja mais justa, que tenha uma parte importante de desoneração, tenha uma parte importante de simplificação e tenha uma parte importante de política social. Nós estamos convencidos de que desonerar o setor produtivo, sobretudo os novos investimentos, é muito importante, mas estamos convencidos também de que



nós precisamos ter justiça fiscal neste País para acabar com a guerra fiscal.

Jornalista: Presidente, por que o senhor cancelou a ida a Cuba?

Presidente: Veja, tem um pequeno problema. A viagem inicial era para República Dominicana, Haiti e Cuba. Na República Dominicana, por problemas internos, também por problemas de chuvas e por problemas de uma reunião que ia existir entre todos os partidos da América Latina, o Presidente pediu para a gente marcar uma outra data. Eu ainda ia ao Haiti, mas como eu quero ir ao Haiti e levar uma proposta mais consubstanciada de ajuda ao desenvolvimento do Haiti, e é preciso de mais tempo para prepará-la, eu pedi para que o ministro Celso Amorim suspendesse o Haiti. Eu ia a Cuba com dois assuntos importantes: aumentar o crédito para que Cuba possa comprar alimentos no Brasil e um acordo que a Petrobras está fazendo com Cuba para fazer prospecção de petróleo no Golfo Cubano. Acontece que eu me encontrei com o Vice-Presidente de Cuba no Chile e ele me apresentou uma grande pauta de reivindicação de coisas que eles estão precisando, de coisas que eles gostariam de construir em parceria com o Brasil. Um grande número delas são coisas que eu acho que são fáceis de fazer, tem interesse do Brasil, sobretudo na área do Ministério da Saúde e tem a área de Cuba. Então, em vez de eu ir agora, eu prefiro adiar por 30 dias, preparar essa nova proposta que os cubanos me entregaram e levar lá para fazer um acordo com muito mais coisas do que eu iria fazer. É apenas por isso.

Jornalista: Presidente, o senhor fica constrangido como chefe de governo, chefe de Estado, pelo episódio que envolveu o rei Juan Carlos e o presidente Chávez?

Jornalista 2: Passou do ponto?



Presidente: Não, eu não fico constrangido e não há nenhuma razão para ficar constrangido.

Jornalista: Mas o que o senhor achou?

Presidente: Veja, nós somos um conjunto de países democráticos, que fazemos uma reunião democrática, onde todos têm o direito de falar, tema livre, aquilo que lhe interessa, e não há divergências apenas entre o rei Juan Carlos e o Chávez. Há muitas divergências entre outros chefes de Estado, e a divergência faz parte de um encontro democrático.

Jornalista: Mas não passou do ponto?

Presidente: Eu não acho que houve exagero. Houve uma fala do Chávez, que o Rei achou que era demais, que era uma crítica ao ex-primeiro-ministro da Espanha, que tinha apoiado o golpe venezuelano, num primeiro momento. Mas essas coisas acontecem. Qual é a diferença? A diferença é que o Rei estava na reunião. Quem falou “cala-te” foi o Rei, não foi um de nós, porque entre nós, nós divergimos muito. Fazemos uma reunião como em qualquer país civilizado. Como é que você pensa que são as reuniões do G-8? Você acha que chega lá, todo mundo tem um protocolo formal, tem que rir na hora certa? Não. Eu fui agora a Berlim para dizer para a Angela Merkel, para dizer para o G-8 que, do jeito que está acontecendo a reunião, eu não tenho mais interesse em ir, porque não estou disposto a ser tratado como cidadão de segunda classe. Ou nós fazemos uma reunião para discutir os problemas do mundo, ou não fazemos.

Jornalista: Não foi humilhação? Humilhante para o presidente Chávez?



Presidente: Não acredito.

Jornalista: O senhor continua defendendo o ingresso, então, da Venezuela no Mercosul?

Presidente: Continuo defendendo, continuo trabalhando...

Jornalista: Mesmo não querendo fazer reforma para o debate (inaudível)?

Presidente: Deixe-me falar uma coisa. Podem criticar o Chávez por qualquer outra coisa, gente, inventem uma coisa para criticar o Chávez. Agora, por falta de democracia na Venezuela, não é. Esse homem... eu estou há cinco anos no poder, vou chegar a oito anos, participei de duas eleições, duas para Presidente e duas para Prefeito. Que eu saiba, na Venezuela já tiveram três referendos, já tiveram três eleições não sei para onde, já tiveram quatro plebiscitos, ou seja, o que não falta é discussão.

Jornalista: (inaudível)

Presidente: Eu acho que nós... democracia é assim, gente. Democracia, a gente submete aquilo que a gente acredita ao povo, o povo decide e a gente acata o resultado, porque senão não é democracia. As pessoas se queixam “ah, porque o Chávez quer um terceiro mandato”. Ora, por que ninguém se queixou quando Margaret Thatcher ficou tantos anos no poder?

Jornalista: Mas é (inaudível) distinta?

Presidente: Distinta, porque é continuidade. Não tem nada de distinta, muda



apenas o sistema, muda apenas o regime: de regime presidencialista para regime parlamentarista. Mas o que importa não é o regime. É o exercício do poder. Ninguém se queixa do Felipe González, que ficou tantos anos, ninguém se queixa do Mitterrand que ficou tantos anos, ninguém se queixa do Helmut Paul, que ficou quase 16 anos... O que nós precisamos é apenas respeitar a autonomia e a soberania de cada país. Se nós dermos menos palpite nas regras do jogo dos outros países e olharmos para o que nós estamos fazendo, todos nós sairemos ganhando. Se a gente achar que pode dar palpite em tudo, que só pode acontecer no mundo aquilo que a gente gosta, aquilo que a gente quer, nós seremos eternamente infelizes. Se nós deixarmos que os outros decidam o seu destino e cuidarmos de decidir o nosso, todos nós seremos muito mais felizes, justamente agora que o petróleo está aí.